



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 5/2019

CONTRATO N. 05/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0002398-28.2018.6.22.8000

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA,
E A EMPRESA OI S.A., PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC).**

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, comparecem, de um lado, a UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por sua Diretora Geral em Substituição, Senhora **ÁUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, brasileira, Cédula de Identidade RG 517028, SSP/RO e CPF 408.521.642-20, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **OI S.A.**, CNPJ n. 76.535.764/0001-43, com sede na Rua do Lavradio, n. 71, 2º andar – Centro, CEP: 22.230-070, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, e-mail: ps@oi.net.br, cacorporativo@oi.net.br, telefones: (85) 3131-9152, 98826-0259, representada pelos seus procuradores, Senhor **PAULO SÉRGIO ALVES DE MORAES**, portador da Carteira de Identidade RG n. 17.061.796-8/SSP-SP, CPF n. 097.323.788-08 e e-mail: ps@oi.net.br, e o Senhor **CARLOS ALBERTO DA COSTA BARBOSA**, portador da RG n. 3041967, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF n. 208.353.021-72, e-mail: carlos.costa.barbosa@oi.net.br, fones: (61) 3131-3177, 98491-6644, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento, **com fundamento no artigo 25, caput, da Lei n. 8.666/93 (em razão do lote 2 ter restado fracassado no pregão eletrônico n. 012/2019/TRE-RO)** e em conformidade com o Ato de Autorização da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação constante no Despacho n. 5496/2019-PRES/DG/GABDG, de 07/11/2019, firmam entre si o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a prestação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), para atendimento das necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme a seguir:

I) Lote ÚNICO: Linhas telefônicas não residenciais.

Subcláusula Primeira – O Termo de Referência (TR) respectivo possui, entre outros, os seguintes Anexos a serem observados:

- **ANEXO I DO TR** - Distribuição de linhas por município-sede e municípios-termo; e
- **ANEXO II DO TR** - Acordo de Níveis de Serviços (ANS)

Subcláusula Segunda – As definições técnicas aplicáveis a esta contratação constam no item 5. do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Terceira – As informações sobre a formação de preços e as condições a serem observadas pela Contratada constam no item 9. do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Quarta – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, o Termo de Referência respectivo e seus anexos, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS CONDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – Os serviços de telefonia fixa comutada (STFC) ora contratados, doravante denominados simplesmente de serviços, estão detalhados nesta Cláusula, e em outros tópicos deste instrumento.

Subcláusula Primeira – Os serviços compreenderão basicamente a interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa, e a utilização desta para realização de chamadas telefônicas locais e de longa distância, para outros telefones fixos ou móveis.

Subcláusula Segunda - Os serviços serão prestados de forma ininterrupta, todos os dias da semana, e 24 (vinte e quatro) horas por dia.

Subcláusula Terceira - A base territorial da prestação dos serviços é o Estado de Rondônia.

Subcláusula Quarta - Para fins da contratação dos serviços de telefonia fixa na modalidade local, a base territorial foi dividida em um único lote:

a) Lote Único: Linhas telefônicas não residenciais;

Subcláusula Quinta – A descrição sumária dos serviços contratados está indicada nos quadros abaixo, com base na proposta apresentada pela Contratada, conforme segue:

LOTE ÚNICO: LINHAS TELEFÔNICAS NÃO RESIDENCIAIS

Ite m	Su bit em	Descrição	Q T D E	Fator multi plicad or ¹	VAL OR UNI TÁR IO DO SER VIÇ	VAL OR UNI TÁR IO DO SER VIÇ	DES CON TO SOB RE O VAL OR UNIT	VAL OR UNIT ÁRIO DO SER VIÇO COM	VAL OR TOT AL DO SERV IÇO COM
----------	-----------------	-----------	------------------	---	---	---	--	---	--

					O SEM TRI BUT OS (PLA NO BÁSI CO)	O CO M TRI BUT OS (PLA NO BÁSI CO)	ÁRIO DO SER VIÇO COM TRIB UTO S	DES CON TO	DESC ONT O
			(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	G) = A x B x F
1.1 · Ser viç os de voz	1.1 .1.	Habilitação de linha telefônica – <i>habilitaçã o/instalaçã o</i>	11 0	01	R\$ 45,66	R\$ 74,43	%	R\$ 74,43	R\$ 8.187, 30
	1.1 .2	Assinatura linha telefônica – <i>assinatura</i>	1. 50 0	01	R\$ 51,80	R\$ 84,43	%	R\$ 84,43	R\$ 126.64 5,00
	1.1 .3	Assinatura linha telefônica (especial) – <i>assinatura</i>	12 0	01					R\$ 10.131 ,60
	1.1 .4	Tráfego fixo-fixo – <i>minutos</i>	32 .5 00	01	R\$ 0,061 35	R\$ 0,10	%	R\$ 0,10	R\$ 3.250, 00
	1.1 .5	Tráfego fixo-móvel (VC1) – <i>minutos</i>	39 .1 90	01	R\$ 0,558 29	R\$ 0,91	%	R\$ 0,91	R\$ 35.662 ,90
Serviços adicionais - preço fixo - (vide item 10.7 do Termo de									R\$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Referência) que compõe proposta da contratada	10.000 ,00
TOTAL DO LOTE (somatório da coluna G)	R\$ 19 3.876, 80

Subcláusula Sexta - Os serviços de telefonia fixa na modalidade local compreendem, conforme o caso e dentre outros, os seguintes serviços:

- a) habilitação/instalação de linhas telefônicas para uso das unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia, através, conforme o caso, de feixes digitais ou linhas analógicas;
- b) habilitação/instalação de sistema de identificação de chamadas;
- c) disponibilização da rede da operadora para realização de chamadas locais originadas nos telefones habilitados para o TRE-RO, destinadas a outros telefones fixos ou móveis pertencentes ao próprio TRE-RO ou a qualquer outro usuário; e
- d) disponibilização da rede da operadora para realização de chamadas de longa distância originadas nos telefones habilitados para o TRE-RO, destinadas a outros telefones fixos ou móveis pertencentes ao próprio TRE-RO ou a qualquer outro usuário, mediante uso do código de seleção da operadora contratada para prestação dos serviços de longa distância.

Subcláusula Sétima - Os serviços de telefonia fixa local que terão seus valores considerados para fins de seleção da operadora Oi S.A. contemplado no lote único da presente contratação.

Subcláusula Oitava – Os demais serviços concernentes à telefonia fixa local não foram individualizados no Termo de Referência em razão da ausência de expressividade dos mesmos, haja vista a sua pouca ou nenhuma utilização.

Subcláusula Nona – Aplicar-se-á aos serviços a que se refere o item anterior o disposto no item 9.7.2.do Termo de Referência.

LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E ESTIMATIVAS

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA TERCEIRA – Os quantitativos estimados e os locais de prestação dos serviços relativos lote único ora contratado, estão indicados na tabela a seguir:

Local	Município Sede	Endereço
Prédio Sede do TRE-RO	Porto Velho	Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixa da União, C
1ª Zona Eleitoral	Guajará-Mirim	Av. Candido Rondon, 784 – Tamandaré, CEP:
3ª Zona Eleitoral	Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, 1218 – Centro, CEP: 76
4ª Zona Eleitoral	Vilhena	Rua 545, n. 495 – Jardim América, CEP: 76.98
5ª Zona Eleitoral	Costa Marques	Av. Chianca, 1159 – Centro, CEP: 76.937-000
7ª Zona Eleitoral	Ariquemes	Travessa Aquariquara,3631 – Setor Institucional
8ª Zona Eleitoral	Colorado do Oeste	Av. Marechal Rondon, 4637 – Centro, CEP: 76
9ª Zona Eleitoral	Pimenta Bueno	Av. Castelo Branco, 970 - Dos Pioneiros, CEP:
10ª Zona Eleitoral	Jaru	Rua Princesa Isabel, 1028 - Setor 02, CEP: 76.8
11ª Zona Eleitoral	Cacoal	Rua Anísio Serrão, 2004 - Centro, CEP: 76.963
12ª Zona Eleitoral	Espigão do Oeste	Av. Sete de Setembro, 3071 - Centro, CEP: 76.
13ª Zona Eleitoral	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, 83 - Da União, CEP: 76.920-00
15ª Zona Eleitoral	Rolim de Moura	Av. São Luiz, 4557 - Centro, CEP: 76.940-000
16ª Zona Eleitoral	Cerejeiras	Av. Das Nações, 1847 - Centro, CEP: 76.997-0
17ª Zona Eleitoral	Alta Floresta do Oeste	Av. Brasil, 3068 - Princesa Isabel, CEP: 76.954
18ª Zona Eleitoral	Alvorada do Oeste	Rua Monteiro Lobato, 4283 - Centro, CEP: 769
19ª Zona Eleitoral	Santa Luzia do Oeste	Rua D. Pedro I, 2349- Centro, CEP: 76.950-000
25ª Zona Eleitoral	Ariquemes	Travessa Aquariquara,3631 – Setor Institucional
26ª Zona Eleitoral	Ariquemes	Travessa Aquariquara,3631 – Setor Institucional

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27ª Zona Eleitoral	Jaru	Rua Princesa Isabel, 1028 - Setor 02, CEP: 76.8
28ª Zona Eleitoral	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, 83 - Da União, CEP: 76.920-00
29ª Zona Eleitoral	Rolim de Moura	Av. São Luiz, 4557 - Centro, CEP: 76.940-000
30ª Zona Eleitoral	Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, 1218 – Centro, CEP: 76
32ª Zona Eleitoral	Machadinho do Oeste	Av. Rio de Janeiro, 3134 - Centro, CEP: 76.868
34ª zona eleitoral	Buritis	Av. Porto Velho, 1454 - Setor 02, CEP: 76.880
35ª zona eleitoral	São Miguel do Guaporé	Av. Cacoal, 965 - Cristo Rei, CEP: 76.932-000
Posto de Atendimento ao Eleitor – Nova Brasilândia	Nova Brasilândia do Oeste	Av 13 de Maio, 1858 - Setor 14, CEP: 76.958-0
Posto de Atendimento ao Eleitor – Presidente Médici	Presidente Médici	Av. Macapá, 1763 - Ernandes Gonçalves, CEP:
Linhas Especiais para Eleição, Recadastramento Biométrico e outros.	Conforme demanda.	Conforme demanda.

Subcláusula Primeira - Os quantitativos de linhas a serem habilitadas/instaladas e os locais de prestação dos serviços foram definidos de acordo com a atual distribuição das unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia e de acordo com a estimativa de uso dessas unidades.

Subcláusula Segunda - A previsão de distribuição das linhas, por município-sede e municípios/distritos termos, consta de planilha do Anexo I, que acompanha o Termo de Referência.

Subcláusula Terceira - O campo destinado as linhas especiais na planilha do Anexo I serão compostos por novas linhas a serem instaladas na pretensa contratação, conforme a demanda da Justiça Eleitoral, como por exemplo, período eleitoral, recadastramento biométrico, entre outros.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta- O TRE/RO requisitará a instalação/habilitação de linha telefônica de acordo com sua efetiva necessidade, sendo-lhe facultada a alteração de quantitativos destinados a determinada localidade, bem como o remanejamento de linhas entre as localidades contempladas em um mesmo grupo. Por se tratar de serviço estimado, o TRE-RO não está obrigado a contratar o quantitativo previsto em sua totalidade, mas somente o que efetivamente for conveniente e adequado para a administração.

Subcláusula Quinta - Por ocasião da assinatura do contrato decorrente desta contratação, o TRE-RO entregará à operadora contratada listagem com as localidades a serem inicialmente atendidas, com o respectivo quantitativo de linhas a serem instaladas/habilitadas.

Subcláusula Sexta - Nesta contratação foram previstos nos itens dos serviços relacionados no Lote Único, os quantitativos relacionados a linhas para atendimento às Eleições, denominadas de linhas especiais.

Subcláusula Sétima - As linhas especiais destinam-se ao atendimento de necessidades temporárias do TRE-RO, decorrentes das atividades atinentes às Eleições e ao recadastramento biométrico.

Subcláusula Oitava - As linhas especiais serão habilitadas/instaladas de acordo com a efetiva necessidade do TRE-RO, e poderão ser destinadas a qualquer local (por ex.: imóvel da Justiça Eleitoral, local de cadastramento, local de totalização de eleições, etc.) situado no(s) município(s) abrangido(s) pelo lote.

Subcláusula Nona - Havendo necessidade de linha especial, o TRE-RO requisitará à operadora a habilitação/instalação da linha e informará o local de instalação.

Subcláusula Décima - Para fins desta contratação foi estimado o prazo médio de dois meses de uso para cada linha especial, podendo ocorrer de determinadas linhas serem habilitadas por período superior ao médio e outras por período inferior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Primeira - Cessada a necessidade da linha especial, o TRE-RO requisitará à operadora a desabilitação/desinstalação da linha.

Subcláusula Décima Segunda - Os quantitativos de serviços indicados nas tabelas do item 7.1 do Termo de Referência são estimativos, tendo sido previstos de acordo com o exposto no item 9 do Termo de Referência, e não vinculam o TRE-RO à sua efetiva utilização.

Subcláusula Décima Terceira - Em razão da portabilidade, não havendo impedimento técnico para tal, a operadora deverá, mediante solicitação do TRE-RO, manter a numeração das linhas não residenciais já em uso, incluindo o número da ouvidoria 08001480148.

Subcláusula Décima Quarta - No caso em que haja alteração do número de telefone, a operadora deverá providenciar a veiculação de mensagem indicativa do novo número, pelo prazo, de no mínimo, 30 (trinta) dias.

Subcláusula Décima Quinta - Quanto aos casos de interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa através de acesso direto (linha não residencial) observar-se-ão, sem prejuízo das demais condições fixadas no Termo de Referência, as condições indicadas nesta cláusula:

1. A empresa contratada ficará responsável pela instalação até o quadro central ou rack de telefonia, nos imóveis em que houver, ou até o ponto em que será instalado o aparelho telefônico, onde não houver quadro central ou rack. As linhas especiais, deverão ser instaladas até o ponto em que será instalado o aparelho telefônico;
2. Nos imóveis em que a instalação for feita até o quadro central ou rack de telefonia, ficará a cargo do TRE-RO a conexão entre o quadro/rack e o local em que efetivamente será instalado o aparelho telefônico; e
3. O prazo de instalação das linhas telefônicas não residencial, não poderá ser superior a 7 (sete) dias consecutivos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, encaminhada pelo gestor/fiscal do contrato, por meio de correio eletrônico (e-mail).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Sexta - A operadora deverá prever em sua proposta os custos de instalação/habilitação das linhas telefônicas (linhas não residenciais), inclusive decorrentes de eventuais adaptações para compatibilização com a rede interna existente nas unidades da Justiça Eleitoral, observado o disposto na cláusula anterior.

1. Informações gerais sobre os serviços de tráfego de voz, a serem prestados, poderão ser obtidas com a Seção de Infraestrutura e Comunicação (SEINC), através do fone (69) 3211-2180, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente do TRE-RO; e
2. A operadora deverá entregar as linhas telefônicas não residencial ao TRE-RO, em perfeita condição de funcionamento e prontas para uso.

DA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS DE SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA – A estimativa de quantitativos de serviços desta contratação foi efetuada tendo como base, conforme o caso e dentre outras fontes, as contratações realizadas anteriormente pelo TRE-RO, a expectativa de incremento de demanda e a utilização dos serviços em exercícios anteriores.

Subcláusula Primeira – A estimativa de quantitativos de serviços de todos o lote único tem caráter meramente estimativo, não obrigando de forma alguma, a sua contratação integral pelo TRE-RO.

Subcláusula Segunda – O TRE-RO fará uso dos serviços de acordo com a sua efetiva necessidade, pagando à Contratada apenas os valores referentes aos serviços efetivamente requisitados/utilizados.

Subcláusula Terceira – Em caso de alteração de quantitativos após iniciados os serviços que acarrete sua não utilização, será informado à contratada para a sua retirada e supressão dos valores dos serviços no percentual não utilizado.

DO REGIME DE EXECUÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 57, II e seu § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – Este Contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, a contar de 03/01/2020 (ou seja, após o término do Contrato 09/2014), e poderá vir a ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Quanto aos prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:

- a) O prazo de instalação de acesso direto (linha analógica) não poderá ser superior a 15 (quinze) dias consecutivos, contados da Ordem de Serviço da fiscalização, encaminhada mediante correspondência eletrônica (e-mail); e
- b) Reparar em, no máximo 1 (um) dia útil, contado do chamado de atendimento técnico, qualquer defeito em seus equipamentos e em sua rede de telefonia que tenha paralisado a continuidade dos serviços contratados, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.

Subcláusula Segunda – A Contratada deverá confirmar expressamente o recebimento da correspondência eletrônica, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – A Contratada quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

Subcláusula Quarta – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 193.876,80** (cento e noventa e três mil oitocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), conforme proposta da CONTRATADA e a seguir resumido:

Descrição dos serviços	Valor (R\$)
Serviços discriminados no lote único	183.876,80
Serviços adicionais - preço fixo - (Discriminados no lote único - vide item 9.7 do Termo de Referência) que compõe a proposta da empresa.	10.000,00
T O T A L	193.876,80

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - O valor total dos serviços adicionais, isto é, aqueles não individualizados no lote único e aos quais se aplicará o disposto no item 9.7 do Termo de Referência, foi calculado estimando-se um valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cobrir as despesas decorrentes desses serviços.

Subcláusula Terceira - Durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá assegurar à CONTRATANTE o repasse dos descontos promocionais, porventura disponibilizados ao mercado, para clientes de perfil e porte similares aos do CONTRATANTE, independente de solicitação expressa deste, sempre que tais descontos forem mais vantajosos do que o plano de serviços apresentado.

Subcláusula Quarta - No cálculo do preço a ser pago pelo CONTRATANTE incluir-se-á, ainda, os tributos, contribuições sociais e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o valor do Serviço, de acordo com o estabelecido na legislação tributária federal, estadual e municipal.

Subcláusula Quinta - O valor deste Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a efetivar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

Subcláusula Sexta – As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento 2020 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento, sendo que para os demais exercícios ocorrerá com recursos dos respectivos orçamentos:

Categoria: Orçamento ordinário / Manutenção geral

Agregador: Operação dos Serviços Administrativos

Despesa Agregada: Telefonia

Plano Interno: AOSA TELEFO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA no valor de **R\$ 9.693,84** (Nove mil seiscentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual.

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA deverá apresentar a Garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Contrato, sob pena de apuração de descumprimento contratual, sendo que esse prazo que pode vir a ser prorrogado por igual período, mediante solicitação formal e sujeito à critério e deliberação do órgão CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro e acréscimo quantitativo do contrato.

Subcláusula Quarta – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;

Subcláusula Quinta – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação vigente relativa à matéria.

Subcláusula Sexta – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em favor do CONTRATANTE, em conta específica com correção monetária.

Subcláusula Sétima – A garantia deverá ter prazo de validade durante todo o prazo de vigência contratual.

Subcláusula Oitava – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

Subcláusula Nona– A garantia será considerada extinta:

1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
2. Após vencido o prazo de 3 (três) meses do término da vigência do contrato, prazo esse que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Subcláusula Décima – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

DO REAJUSTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, III, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA NONA - Os preços dos serviços contratados serão corrigidos anualmente pela variação do IST (Índice de Serviços de Telecomunicações), observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data limite para a apresentação da proposta da contratada.

Subcláusula Primeira – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Subcláusula Segunda – Compete à CONTRATADA a iniciativa, o encargo do cálculo e a apresentação ao TRE-RO, para fins de prévia deliberação, do PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVO DE SERVIÇOS e demais tabelas, no que couber, aprovados pela ANATEL.

Subcláusula Terceira - Na eventualidade de a ANATEL determinar a redução no valor de tarifas dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, comunicar o fato imediatamente ao CONTRATANTE e repassar a redução correspondente nas próximas faturas.

DA NOTA FISCAL/FATURA

CLÁUSULA DÉCIMA – A contratada deverá observar as seguintes condições referentes às notas fiscais/faturas:

1. O faturamento dos serviços contratados deverá, caso seja tecnicamente possível, ter sua periodicidade coincidente com os meses civis.
2. A Contratada deverá emitir a respectiva Nota Fiscal de Serviço, e encaminhá-la ao TRE-RO, de modo que seja recebida por este com antecedência mínima de quinze (15) dias da data do vencimento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a indicação resumida dos serviços a que se refira, executados no respectivo período de competência, sendo vedada a inclusão de serviços que não tenham sido expressamente contratados/requisitados pelo TRE-RO.

4. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

5. De forma complementar, deverá ser fornecido, via sítio na internet, arquivo no formato de planilha eletrônica (.xls), ou outro formato estabelecido em comum acordo entre as partes, relativo a cada Nota Fiscal de Serviço, observando o que segue:

5.1. No arquivo deverão estar discriminados, obrigatoriamente, no mínimo, de forma detalhada, as seguintes informações:

- a) tipos de ligações tarifadas;
- b) códigos de acesso e localidades dos terminais de origem;
- c) códigos de acesso e localidades dos terminais de destino;
- d) código do serviço;
- e) descrição do serviço;
- f) data, horário e duração das ligações;
- g) valores e descontos oferecidos;
- h) mês/ano de referência.
- i) número da fatura

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Quanto aos pagamentos à contratada, deverão ser observadas as seguintes condições:

- 1.** O pagamento será efetuado até a data de vencimento expressa na Nota Fiscal/Fatura (desde que apresentada ao TRE/RO no prazo fixado no item 11.2 do Termo de Referência).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal/Fatura só se efetivará após o atesto dos serviços e mediante a comprovação da regularidade da contratada perante a Seguridade Social (CND-INSS/CRF- FGTS).

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja Optante pelo Simples, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/RO, entre a data de vencimento e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%$, $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

5. O pagamento mensal ficará vinculado ao cumprimento dos níveis de serviços definidos no Anexo IV, que acompanha o Termo de Referência, sendo que o valor do pagamento mensal dos serviços (1) será calculado como sendo o valor da fatura mensal, menos a soma de glosas e multas computadas e aplicáveis no período correspondente, conforme a seguir:

$$(1) \quad \mathbf{VPM = VFM * (1 - TGM)}$$

Onde:

VPM = Valor a ser Pago no Mês

VFM = Valor do Faturamento Mensal

TGM = Total de Glosas no Mês



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. O Total de Glosas e Multas do período será calculado pelo apurado no mês correspondente, seguido pelas definições da Tabela 1 - Indicadores e Metodologias do Acordo de Níveis de Serviços (Anexo II), dividido pelo quociente 720 (24h x 30 dias). As pontuações devidas são motivadas pelo descumprimento do acordo de níveis de serviços pela Contratada, conforme segue:

Σ Pontos Recebidos

$$(2) \quad TGM = \frac{\text{Pontos Recebidos}}{720}$$

7. Nenhum pagamento será efetuado à futura CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

8. A compensação financeira prevista nesta Cláusula será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – No TRE-RO, a GESTÃO do Contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC), e a fiscalização deste Contrato será exercida pelo titular do Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (GABSTIC).

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste Contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula Segunda - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização e da Gestão durante a execução do Contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Constituem direitos e obrigações do CONTRATANTE, além de outros constantes no presente Contrato, os seguintes:

- I** - Requisitar a prestação dos serviços objeto desta contratação, na forma prevista neste Contrato e no Termo de Referência e nas demais normas aplicáveis;
- II** - Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- III** - Verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
- IV** - Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços por meio de sua unidade responsável, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços prestados;
- V** - Contestar débitos não reconhecidos;
- VI** - Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual.
- VII** - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência;
- VIII** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;
- IX** - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- X** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, de acordo com as regras definidas neste Contrato e no Termo de Referência; e
- XI** - Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras constantes no presente Contrato, os seguintes:

1. Prestar ao TRE/RO os serviços objeto desta contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência, Termo do Contrato e nos demais anexos, obedecendo à regulamentação aplicável descrita nestes documentos, em especial à regulamentação da Anatel referente à qualidade dos serviços.
2. Dispor de um consultor ou gerente de contas para acompanhar o Contrato e indicar o(s) funcionário(s) que estará(ão) designado(s) para atender as solicitações da FISCALIZAÇÃO relativas a esta contratação, sendo que, a qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição do referido consultor ou gerente de contas da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços.
3. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações, comunicações de dados ou mensagens de fax, realizadas por meio do serviço desta contratação.
4. Prestar o serviço 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do Contrato.
5. Fornecer Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante toda a vigência do Contrato, por meio de chamada telefônica, sem nenhum ônus ao TRE-RO, a fim de que seja possível registrar reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos.
6. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A Fiscalização não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para terceiros, exceto no caso de transferência de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização, devidamente aprovada pela Anatel.

7. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável ao objeto da contratação, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados ao TRE-RO.

8. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas inicialmente, em especial as que seguem (sem prejuízo de outras exigências decorrentes da legislação geral):

a) Habilitação jurídica;

b) Qualificação técnica;

c) Qualificação econômico-financeira com certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

9. Manter sistema alternativo para a prestação dos serviços, para fins de contingência, em caso de pane/defeito no sistema principal, de modo a possibilitar a continuidade da prestação dos serviços objeto desta contratação, observando que:

9.1. Caberá à Contratada a seleção do meio alternativo para eventual contingência; e

9.2. O sistema alternativo deverá ser ativado pela contratada, em até 24 (vinte e quatro) horas após a inatividade do sistema principal.

10. Aceitar, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

11. Aceitar, nos termos do item 8.4 do Termo de Referência, as supressões de serviços não utilizados efetivamente pelo TRE/RO.

12. Disponibilizar os serviços contratados no prazo máximo fixado no Termo de Referência, para cada caso, contado do recebimento pela contratada da Ordem de Serviço encaminhada mediante o Sistema Eletrônico de Informação – SEI ou correio eletrônico (e-mail).

13. Responsabilizar-se pelos materiais e serviços necessários à conexão dos acessos às instalações do TRE/RO, sem ônus para este.

14. Bloquear, sem ônus para o TRE/RO e caso seja tecnicamente possível, as ligações destinadas aos serviços 0300, 0500, 0900, 102 e o recebimento de ligações a cobrar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 15.** Tornar disponível, quando tecnicamente possível, o bloqueio de código de seleção de prestadora de serviço de longa distância não autorizada pela Fiscalização.
- 16.** Prestar suporte técnico em período integral 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com atendimento imediato em caso de falha, inclusive dos equipamentos de conexão fornecidos pela Contratada e instalados em qualquer das dependências físicas do TRE/RO.
- 17.** Sem prejuízo do disposto no item 15.1 do Termo de Referência, a Contratada deverá tornar disponível o serviço de longa distância quando solicitado por intermédio dos acessos pertencentes a qualquer operadora de STFC – modalidade local – contratada pelo TRE/RO.
- 18.** Tornar disponível ao CONTRATANTE, sem custos adicionais, o detalhamento de todas as contas telefônicas, de modo a viabilizar a fiscalização de prestação dos serviços;
- 19.** Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornarem-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido sua aceitação;
- 20.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que decorra da execução incorreta dos serviços;
- 21.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado ao TRE-RO ou a terceiros que possa advir direta ou indiretamente, em função da execução dos serviços objeto do contrato;
- 22.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou acidentes causados diretamente ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não podendo transferir essa responsabilidade ao CONTRATANTE;
- 23.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços;
- 24.** Não subcontratar, em todo ou em parte, a execução dos serviços;
- 25.** Comunicar ao gestor do CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 26.** Afastar, sempre que exigido pelo TRE-RO, de forma imediata, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inconveniente ou insatisfatório ao bom atendimento ou ao interesse do serviço público;

27. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência da execução do contrato;

28. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE e prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

29. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

30. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal; e

31. Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas no contrato, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto do Contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas na 8.666/93 e neste instrumento, conforme segue:

I - Será aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA** nos literalmente indicados neste Contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo CONTRATANTE, tais como:

1. quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;

2. verificação de alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – Será aplicada **MULTA:**

1. de 1% (um por cento) calculado sobre o valor referente às obrigações não cumpridas, no mês da ocorrência, a título de mora, por dia, pelo atraso no início da prestação dos serviços, limitado a 30 dias, sendo esta a data-limite para o cumprimento da obrigação;
2. pela mora durante a execução dos serviços em até 20 dias: multa de 0,5% (meio por cento) x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas;
3. pela mora durante a execução dos serviços de 21 até 30 dias: multa de 1% (um por cento) x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas;
4. pelo atraso superior a 30 dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre valor referente às obrigações não cumpridas e será considerado inexecução total do ajuste, passível de rescisão contratual;
5. de 0,2% (zero virgula dois por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na apresentação da garantia, até o máximo de 5% (cinco por cento);
6. de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal contratado, por ocorrência, na interrupção injustificada dos serviços;
7. de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de atraso na emissão e do encaminhamento do documento fiscal hábil imprescindível, para pagamento;
8. de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, caso a contratada não queira receber a Nota e Empenho ou deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em lei;
9. de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento de demais cláusulas contratuais, do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;
10. de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, caso a CONTRATADA se negar a executar os serviços solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pelo CONTRATANTE, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste contrato, levar o TRE-RO à rescisão deste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

III - Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, além dos danos que provierem para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em 2/3, 1/2 ou 1/3;

Subcláusula Primeira – A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a Rescisão Unilateral do Contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a Administração CONTRATANTE poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita;

II - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior; e

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Quarta – Conforme art. 77 da Lei 8.666/93, nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obrigações na forma definida no termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quinta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Sexta - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Sétima – Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Oitava – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário).

Subcláusula Décima - As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Primeira – O valor da multa ou condenação, eventualmente, aplicadas à CONTRATADA, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

Subcláusula Décima Segunda – Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).;

Subcláusula Décima Terceira – No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

Subcláusula Décima Quarta – De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta – No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima – Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.;

Subcláusula Décima Oitava – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativa” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO

(Artigo 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Esta contratação fundamenta-se no artigo 25, V, da Lei n. 8.666/93 e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, na Resolução 23.234/2010, na Resolução CNJ 182/2013 (utilizando-se subsidiariamente da Instrução Normativa SLTI/MPOG 04/2014); no Manual de Gestão de Contratos da Justiça



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eleitoral e na Instrução Normativa TRE/RO 004/08, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento

Subcláusula única - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLAÚSULA VIGÉSIMA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 18 de novembro de 2019.

ÁUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO	
Pela Contratante	
PAULO SÉRGIO ALVES DE MORAES	CARLOS ALBERTO DA COSTA BARBOSA
Pela Contratada	Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição**, em 18/11/2019, às 13:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO SERGIO ALVES DE MORAES, Usuário Externo**, em 18/11/2019, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO DA COSTA BARBOSA, Usuário Externo**, em 18/11/2019, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 18/11/2019, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 19/11/2019, às 07:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0478075** e o código CRC **BD5BAB03**.

0002398-28.2018.6.22.8000

0478075v5

Criado por 006007062364, versão 5 por 006007062364 em 18/11/2019 10:42:05.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 109 - PRES/DG/STIC/COSEIC

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC) analógica e digital, nas modalidades local e longa distância, para atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Aplicam-se à prestação dos serviços a serem contratados as condições indicadas neste Termo de Referência que disciplinarão a execução dos serviços, sendo estas complementadas, de forma subsidiária, pelas demais normas aplicadas ao objeto da contratação.

Os serviços de telefonia fixa comutada (STFC), doravante denominados simplesmente de serviços, a serem contratados pelo TRE/RO estão detalhados no item 6. Para fins da contratação dos serviços de telefonia fixa na modalidade local:

- a) Lote Único: Linhas telefônicas não residenciais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A descrição sumária dos serviços a serem contratados está indicada no item 6.6.

2. DA JUSTIFICATIVA

No certame licitatório do Pregão Eletrônico TRE-RO nº 12/2019, a pesquisa de preços foi realizada com base em órgãos públicos, a citar Tribunais Regionais Eleitorais do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (dentro da área de concessão da Empresa Oi S.A.), Universidade Federal de Rondônia e Ministério Público Estadual de Rondônia.

Os preços praticados por esses órgãos foram extraídos dos seus Contratos Administrativos, Termos Aditivos e Apostilamentos.

Doravante, sabemos que cada órgão possui suas peculiaridades e o serviço de telefonia costuma tomar um caráter personalíssimo, de acordo com as necessidades das instituições.

A equipe de contratação teve o cuidado de analisar os contratos minuciosamente, para compor os preços praticados nos órgãos e trazê-los para a nossa necessidade.

No Pregão Eletrônico TRE-RO nº 12/2019, os lotes 1, 3 e 4 obtiveram êxitos no certame, diferentemente do lote 2 (linhas telefônicas não residenciais), que restou fracassado, devido a um fator superveniente ao certame licitatório, ou seja, a publicação do Ato nº 4.298, de 16/07/2019 ([0445359](#)), 02 (dois) dias depois da Publicação do Aviso de Licitação ([0435343](#)).

Diante do ocorrido, não havia como a Equipe de Contratação ter tido conhecimento da referida regulamentação, uma vez que se trata de questões técnicas, direcionadas a um "*nicho*" específico, ou seja, as Concessionárias, e além do mais, a fase de elaboração do Termo de Referência, já havia sido vencida.

Surpreendida pela publicação do citado Ato, a equipe de contratação instada a se manifestar sobre a norma, opinou pela manutenção da pesquisa de preços, forçando a Empresa OI S.A., a aceitar os valores propostos, mas como única empresa no certame e ausência de concorrentes, não logramos êxito, mantendo a Empresa Oi S.A., o valor de o valor de R\$ 193.159,90 (cento e noventa e três mil cento e cinquenta e nove reais e noventa centavos), cerca de 21,5% acima do preço estimado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O teor do Ato nº 4.298/2019 ([0445359](#)), estabeleceu **um teto máximo dos valores a serem cobrados pela Concessionárias**, no que tange aos planos básicos, porém, com valores Líquidos de Impostos e Contribuições Sociais.

A Empresa OI S/A, na apresentação da proposta, ofertou valores muito próximo do preço médio estimado, porém com a incidência do impostos e contribuições sociais, esses valores superaram a estimativa, assim o item restou fracassado.

Sabemos ainda que a Empresa OI S.A. detêm a concessão dos serviços de telefonia fixa no Estado de Rondônia, conforme teor explicativo constante do site da Anatel, a saber:

"As **Concessionárias** são as empresas que operam as redes que já existiam no Brasil antes de 1998, quando ocorreu a privatização do setor. Elas carregam uma série de obrigações de levar o serviço – e garantir a sua continuidade – em toda a região na qual atuam, até mesmo em pequenas localidades. Elas são, também, as responsáveis por manter em funcionamento os orelhões (tecnicamente chamados de Terminais de Uso Público – TUPs). E as tarifas de seus serviços (como a assinatura básica e o valor do minuto de ligação) são reguladas pela Anatel. Em cada região existe uma concessionária: **Oi (exceto em São Paulo)**, Vivo Fixo (no estado de São Paulo), Algar Telecom (no Triângulo Mineiro) e Sercomtel (no interior do Paraná). **A Embratel, por sua vez, é concessionária da modalidade de longa distância em todo o Brasil.**" (grifo nosso)

Não obstante, enviamos comunicado (e-mail) para as empresas Claro/Embratel e Telefonica/Vivo, que tem atuação em Rondônia, indagando-os sobre a prestação dos serviços de **telefonia fixa com linhas convencionais não residenciais (analógicas)**, e recebemos a resposta de que ambas as empresas não atendem as cidades do Estado de Rondônia nessa modalidade, conforme e-mail acostado nos autos nos eventos SEI n. [0459539](#) e [0459541](#).

Neste diapasão, pedimos então que a Empresa Oi S.A. apresentasse uma nova proposta para verificar a possibilidade de uma contratação direta, e a empresa apresentou a proposta ([0459619](#)), com o mesmo valor global ofertado no Pregão Eletrônico TRE-RO nº 12/2019, perfazendo o montante de R\$ 193.876,80 (cento e noventa e três mil oitocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), ou seja, dentro da faixa limitrofe do Ato nº 4.298/2019 ([0445359](#)), expedido pela Anatel.

A proposta apresentada, conforme já explanado acima, incide tributação, e se mantém dentro dos limites previstos de cobrança dos valores tarifários máximos dos Planos Básicos do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, podendo considerá-la como preço admitido no mercado,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e por ser a empresa Oi S.A., a única que detém condições técnicas de oferecer os serviços previstos nesta contratação.

Portanto, concluímos que, por ser a empresa Oi S.A., a única empresa a atuar no ramo de telefonia fixa com linhas convencionais não residenciais no Estado de Rondônia, e por preencher todos os requisitos necessários de habilitação para licitação, prevista no Art. 27 da Lei n. 8.666/93, acrescido ao fato de já ter vencido os outros itens do Pregão Eletrônico TRE-RO nº 12/2019, **a equipe de contratação envereda pela contratação direta dos serviços de telefonia fixa com linhas convencionais não residenciais**, fracassado no certame acima aludido, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93.

3. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O presente Termo de Referência tem por intuito atender aos seguintes princípios:

Do Planejamento: Este Termo de Referência dá cumprimento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2010/2014) da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que está plenamente alinhado ao planejamento estratégico da instituição, conforme será demonstrado mais adiante.

Da Objetividade: Este documento dá ciência à alta administração do TRE-RO no sentido do cumprimento do Plano de Contratação.

Da Eficiência: Em função da constante evolução das tecnologias e das restrições burocráticas da contratação por órgãos públicos, torna-se mais eficiente a contratação de serviços com o fornecimento de equipamentos em comodato de forma a garantir a manutenção do serviço e solução de problemas. Assim como as atualizações e substituições destes equipamentos é facilitada tendo em vista que não estão incorporados ao patrimônio da administração.

Da Qualidade: Considerando que este termo especifica as características mínimas necessárias para o prestação dos serviços, a empresa contratada proverá os equipamentos e insumos necessários para garantir a qualidade deste serviço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Da Economicidade: Atualmente este Regional, bem como a Justiça Eleitoral como um todo, conta com um contrato de comunicação vigente, nas quais urge readequarmos as necessidades, visando garantir uma economia para a Administração Pública, principalmente em face das novas tecnologias que o mercado dispõe.

Além disso, a proposta aqui apresentada atua para dar cumprimento aos Objetivos Estratégicos traçados pelo CNJ, do Planejamento Estratégico do TRE-RO e das principais ações do PDTI da STI, a saber:

a) Planejamento Estratégico do CNJ:

Tema: Infraestrutura e Tecnologia:

Garantir a infraestrutura de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação) apropriada às atividades judiciais e administrativas.

Garantir a disponibilidade de sistemas de TIC essenciais ao judiciário.

Tema: Eficiência Operacional:

Primar pela satisfação do cliente TIC.

b) Planejamento Estratégico do TRE-RO:

Tema: Infraestrutura e tecnologia:

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.

c) Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do TRE-RO:

Perspectiva: Contribuição corporativa

Objetivo 2: Otimizar a aplicação dos recursos financeiros destinados a área de TI demonstrando de forma objetiva os retornos sobre os investimentos.

Perspectiva: Excelência operacional:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Objetivo 5: Garantir a disponibilidade dos serviços de TI apropriadas às atividades judiciais e administrativas;

Objetivo 6: Garantir a estrutura de TI apropriada às atividades judiciais e administrativas

d) Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

Fornecer os meios e sistemas necessários para suportar a política de comunicação da Justiça Eleitoral;

Ampliar serviços prestados aos usuários.

e) Plano de Contratações 2019 TRE-RO:

Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços no âmbito da Justiça Eleitoral, e que as contratações devem ser precedidas de planejamento, sempre que possível em harmonia com o planejamento estratégico do Tribunal. Processo SEI n. 0002802-79.2018.6.22.8000.

4. ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO

A despesa decorrente do presente Termo de Referência foi programada/contemplada no Orçamento Anual do exercício de 2019, conforme dados do SIGEPRO. Segue abaixo, o quadro de fonte orçamentária e enquadramento da despesa:

4.1. Fonte Orçamentária

Orçamento/Categoria: Ordinário / Manutenção Geral

Agregador: Operação dos Serviços Administrativos

Despesa Agregada: Telefonia

Plano Interno: AOSA TELEFO

Valor: R\$ 137.500,00 (valor planejado para o exercício 2019)*

(*) Para o exercício 2020 a despesa foi registrado na PLOA, que está em análise.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. DAS DEFINIÇÕES TÉCNICAS APLICÁVEIS A CONTRATAÇÃO

Para efeito deste Termo de Referência, devem ser consideradas as seguintes definições:

5.1. Acesso, Linha ou Terminal: equipamento ou aparelho que possibilita o acesso do usuário ao STFC;

5.2. ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações - entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações;

5.3. Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC): definido no Plano Geral de Outorga como o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia;

5.4. Telefonia Local: realização de chamadas para comunicação entre pontos fixos determinados, situados em uma mesma área local;

5.5. Telefonia de Longa Distância Nacional (LDN): realização de chamadas de longa distância, originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos situados no território nacional;

5.6. Degrau Tarifário 1 (D1): abrange as ligações de longa distância nacional originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos cuja distância entre as localidades de origem e destino seja de até 50 km;

5.7. Degrau Tarifário 2 (D2): abrange as ligações de longa distância nacional originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos cuja distância entre as localidades de origem e destino seja de 51 a 100 km;

5.8. Degrau Tarifário 3 (D3): abrange as ligações de longa distância nacional originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos cuja distância entre as localidades de origem e destino seja de 101 a 300 km;

5.9. Degrau Tarifário 4 (D4): abrange as ligações de longa distância nacional originadas em telefones fixos e destinadas a telefones



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fixos cuja distância entre as localidades de origem e destino seja acima de 300 km;

5.10. Ligação Fixo-Móvel (VC1): realização de chamadas destinadas a usuário do SMP que se encontre dentro da Área de Registro de origem da chamada;

5.11. Ligação Fixo-Móvel (VC2): realização de chamadas destinadas a usuário do SMP que se encontre em Área de Registro distinta e não contida na Área de Registro de origem, mas identificada por Código Nacional com primeiro dígito idêntico;

5.12. Ligação Fixo-Móvel (VC3): realização de chamadas destinadas a usuário do SMP que se encontre em Área de Registro distinta e não contida na Área de Registro de origem, e identificada por Código Nacional com primeiro dígito distinto;

5.13. Prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado: pessoa jurídica que mediante concessão, permissão ou autorização pode prestar STFC;

5.14. Central Privativa de Comutação Telefônica (CPCT): é o equipamento terminal da CONTRATADA (usuário), interligado ou não a uma central de comutação da Rede de Telecomunicações do STFC;

5.15. Entrocamento Bidirecional: enlace que interliga a central privativa de comutação telefônica – CPCT a uma central telefônica pública ou outros dispositivos da prestadora do serviço de telefonia fixo comutado – STFC, utilizado tanto para o tráfego de entrada como para o tráfego de saída;

5.16. Perfil de Tráfego: assim entendido o quantitativo médio mensal estimado, em minutos, de ligações telefônicas efetuadas, em função do horário e das localidades de destino de maior ocorrência e levando em consideração o tempo médio de duração das chamadas;

5.17. Link E1: sistema de transmissão digital com velocidade de 2.048 Mbps, adotado no Brasil com 32 canais digitais, cada um com uma velocidade de 64 Kbps, sendo 30 canais de voz ou dados, um canal para sincronismo e um canal para sinalização telefônica;

5.18. Usuário: pessoa que se utiliza do serviço telefônico fixo comutado independentemente de assinatura ou inscrição junto à prestadora do serviço;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.19. Plano de Serviço: documento que descreve as condições de prestação do serviço quanto ao seu acesso, manutenção do direito de uso, utilização de serviços eventuais e suplementares a eles inerentes, e as tarifas ou preços associados, sendo os respectivos valores praticados, devidamente discriminados em Planilha de Preços de Serviços, em conformidade com as regras e os critérios estabelecidos pelo mesmo;

5.20. Plano Básico de Serviços: entendido como Plano de Serviço de oferta obrigatória e não discriminatória a todos os Usuários ou interessados no STFC, registrado na ANATEL;

5.21. Plano Alternativo de Serviços: plano opcional ao Plano Básico de Serviços, homologado pela ANATEL, sendo a de estrutura de preços definida pela Prestadora, visando a melhor adequação da prestação do serviço para o atendimento às necessidades de mercado;

5.22. Planilha de Formação de Preços: documento de caráter informativo, contendo o detalhamento da composição de preços necessário à análise e comparação das propostas de prestação dos serviços;

5.23. Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC): serviço disponibilizado pela PRESTADORA, visando facilitar a comunicação com o usuário;

5.24. Serviço Móvel Pessoal (SMP): serviço de telecomunicações móvel terrestre, de interesse coletivo, prestado em regime privado, que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e entre estas e outros terminais, observando o disposto na regulamentação pertinente;

5.25. Tarifa de Assinatura: valor devido pelo assinante em contrapartida da manutenção da disponibilidade do acesso telefônico de forma individualizada para fruição contínua do serviço;

5.26. Discagem Direta Gratuita (DDG) - É um número de fácil memorização que é programado em cima de linhas telefônicas, ramais de PABX Virtual ou grupo de ramais DDR em que o originador da chamada não paga pela ligação. O pagamento das ligações é de inteira responsabilidade do cliente contratante do serviço DDG 0800.

6. DOS PREÇOS E CONDIÇÕES (características, quantidades, preços máximos)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.1. Os serviços de telefonia fixa comutada (STFC), doravante denominados simplesmente de serviços, a serem contratados pelo TRE/RO estão detalhados neste tópico.

6.2. Os serviços compreenderão basicamente a interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa, e a utilização desta para realização de chamadas telefônicas locais e de longa distância, para outros telefones fixos ou móveis.

6.3. Os serviços serão prestados de forma ininterrupta, todos os dias da semana, e 24 horas por dia.

6.4. A base territorial da prestação dos serviços é o Estado de Rondônia.

6.5. Para fins da contratação dos serviços de telefonia fixa na modalidade local, a base territorial foi dividida em um único lote:

a) Lote Único: Linhas telefônicas não residenciais;

6.6. A descrição sumária dos serviços a serem contratados está indicada nos quadros abaixo, com base na proposta apresentada pela Contratada, conforme segue:

LOTE ÚNICO: LINHAS TELEFÔNICAS NÃO RESIDENCIAIS

Item	Subitem	Descrição	QT DE	Fator multiplicador ¹	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO SEM TRIBUTOS (PLANO BÁSICO)	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO COM TRIBUTOS (PLANO BÁSICO)	DESCONTO SOBRE O VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO COM DESCONTO	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO COM DESCONTO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO COM DESCONTO
			(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	G) = A x B x F
1.1.	1.1.1	Habilitação	110	01	R\$	R\$	0%	R\$	R\$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Serv iç os de voz	.	de linha telefônica – habilitação/instalação			45,66	74,43		74,43	8,187,30
	1.1.2	Assinatura linha telefônica – assinatura	1.500	01					R\$ 126.645,00
	1.1.3	Assinatura linha telefônica (especial) – assinatura	120	01	R\$ 51,80	R\$ 84,43	0%	R\$ 84,43	R\$ 10.131,60
	1.1.4	Tráfego fixo – minutos	32.500	01	R\$ 0,06135	R\$ 0,10	0 %	R\$ 0,10	R\$ 3.250,00
	1.1.5	Tráfego fixo-móvel (VC1) – minutos	39.190	01	R\$ 0,55829	R\$ 0,91	0%	R\$ 0,91	R\$ 35.662,90
Serviços adicionais - preço fixo - (vide cláusula 10.7 do Termo de Referência) que compõe proposta da licitante.									R\$ 10.000,00
TOTAL DO LOTE 02 (somatório da coluna G)									R\$ 193.876,80

6.7. Os serviços de telefonia fixa na modalidade local compreendem, conforme o caso e dentre outros, os seguintes serviços:

a) habilitação/instalação de linhas telefônicas para uso das unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia, através, conforme o caso, de feixes digitais ou linhas analógicas;

b) habilitação/instalação de sistema de identificação de chamadas;

c) disponibilização da rede da operadora para realização de chamadas locais originadas nos telefones habilitados para o TRE/RO, destinadas a outros telefones fixos ou móveis pertencentes ao próprio TRE/RO ou a qualquer outro usuário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) disponibilização da rede da operadora para realização de chamadas de longa distância originadas nos telefones habilitados para o TRE/RO, destinadas a outros telefones fixos ou móveis pertencentes ao próprio TRE/RO ou a qualquer outro usuário, mediante uso do código de seleção da operadora contratada para prestação dos serviços de longa distância; e

6.8. Os serviços de telefonia fixa local que terão seus valores considerados para fins de seleção da operadora Oi S.A. contemplado no lote único da presente contratação.

6.9. Os demais serviços concernentes à telefonia fixa local não foram individualizados neste Termo de Referência, em razão da ausência de expressividade dos mesmos, haja vista a sua pouca ou nenhuma utilização.

6.9.1. Aplicar-se-á aos serviços a que se refere a cláusula 6.9 o disposto na cláusula 9.7.2. deste Termo de Referência.

7. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E ESTIMATIVAS

7.1. Os quantitativos estimados e os locais de prestação dos serviços relativos lote único, estão indicados nas tabelas a seguir:

Local	Município Sede	Endereço	Linhas Telefônicas instaladas
Prédio Sede do TRE-RO	Porto Velho	Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixa da União, CEP: 76.805-859	Até 400 ramais no prédio sede e zonas eleitorais.
1ª Zona Eleitoral	Guajará-Mirim	Av. Candido Rondon, 784 – Tamandaré, CEP: 76.850-000	Até 02 linhas não residenciais.
3ª Zona Eleitoral	Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, 1218 – Centro, CEP: 76.900-100	Até 02 linhas não residenciais.
4ª Zona Eleitoral	Vilhena	Rua 545, n. 495 –	Até 02 linhas não

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		Jardim América, CEP: 76.980-728	residenciais.
5ª Zona Eleitoral	Costa Marques	Av. Chianca, 1159 – Centro, CEP: 76.937-000	Até 02 linhas não residenciais.
7ª Zona Eleitoral	Ariquemes	Travessa Aquariquara, 3631 – Setor Institucional, CEP: 76.872-856	Até 02 linhas não residenciais.
8ª Zona Eleitoral	Colorado do Oeste	Av. Marechal Rondon, 4637 – Centro, CEP: 76.993-000	Até 02 linhas não residenciais.
9ª Zona Eleitoral	Pimenta Bueno	Av. Castelo Branco, 970 - Dos Pioneiros, CEP: 76.970-000	Até 02 linhas não residenciais.
10ª Zona Eleitoral	Jaru	Rua Princesa Isabel, 1028 - Setor 02, CEP: 76.890-000	Até 02 linhas não residenciais.
11ª Zona Eleitoral	Cacoal	Rua Anísio Serrão, 2004 - Centro, CEP: 76.963-804	Até 02 linhas não residenciais.
12ª Zona Eleitoral	Espigão do Oeste	Av. Sete de Setembro, 3071 - Centro, CEP: 76.974-000	Até 02 linhas não residenciais.
13ª Zona Eleitoral	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, 83 - Da União, CEP: 76.920-000	Até 02 linhas não residenciais.
15ª Zona Eleitoral	Rolim de Moura	Av. São Luiz, 4557 - Centro, CEP: 76.940-000	Até 02 linhas não residenciais.
16ª Zona Eleitoral	Cerejeiras	Av. Das Nações, 1847 - Centro, CEP: 76.997-000	Até 02 linhas não residenciais.
17ª Zona Eleitoral	Alta Floresta do Oeste	Av. Brasil, 3068 - Princesa Isabel, CEP: 76.954-000	Até 02 linhas não residenciais.
18ª Zona Eleitoral	Alvorada do Oeste	Rua Monteiro Lobato, 4283 - Centro, CEP: 76.930-000	Até 02 linhas não residenciais.
19ª Zona Eleitoral	Santa	Rua D. Pedro I, 2349-	Até 02 linhas não

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Luzia do Oeste	Centro, CEP: 76.950-000	residenciais.
25ª Zona Eleitoral	Ariquemes	Travessa Aquariquara, 3631 – Setor Institucional, CEP: 76.872-856	Até 02 linhas não residenciais.
26ª Zona Eleitoral	Ariquemes	Travessa Aquariquara, 3631 – Setor Institucional, CEP: 76.872-856	Até 02 linhas não residenciais.
27ª Zona Eleitoral	Jaru	Rua Princesa Isabel, 1028 - Setor 02, CEP: 76.890-000	Até 02 linhas não residenciais.
28ª Zona Eleitoral	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, 83 - Da União, CEP: 76.920-000	Até 02 linhas não residenciais.
29ª Zona Eleitoral	Rolim de Moura	Av. São Luiz, 4557 - Centro, CEP: 76.940-000	Até 02 linhas não residenciais.
30ª Zona Eleitoral	Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, 1218 – Centro, CEP: 76.900-100	Até 02 linhas não residenciais.
32ª Zona Eleitoral	Machadinho do Oeste	Av. Rio de Janeiro, 3134 - Centro, CEP: 76.868-000	Até 02 linhas não residenciais.
34ª zona eleitoral	Buritis	Av. Porto Velho, 1454 - Setor 02, CEP: 76.880-000	Até 02 linhas não residenciais.
35ª zona eleitoral	São Miguel do Guaporé	Av. Cacoal, 965 - Cristo Rei, CEP: 76.932-000	Até 02 linhas não residenciais.
Posto de Atendimento ao Eleitor – Nova Brasilândia	Nova Brasilândia do Oeste	Av 13 de Maio, 1858 - Setor 14, CEP: 76.958-000.	Até 01 linha não residencial.
Posto de Atendimento ao Eleitor – Presidente Médici	Presidente Médici	Av. Macapá, 1763 - Ernandes Gonçalves, CEP: 76.916-000	Até 01 linha não residencial.
Linhas Especiais para	Conform	Conforme demanda.	Até 60 linhas não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eleição, Recadastramento Biométrico e outros.	e demanda.		residenciais.
---	---------------	--	---------------

7.2. Os quantitativos de linhas a serem habilitadas/instaladas e os locais de prestação dos serviços foram definidos de acordo com a atual distribuição das unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia e de acordo com a estimativa de uso dessas unidades.

7.3. A previsão de distribuição das linhas, por município-sede e municípios/distritos termos, consta de planilha do Anexo I, que acompanha este Termo de Referência.

7.4. O campo destinado as linhas especiais na planilha do Anexo I serão compostos por novas linhas a serem instaladas na pretensa contratação, conforme a demanda da Justiça Eleitoral, como por exemplo, período eleitoral, recadastramento biométrico, entre outros.

7.5. O TRE/RO requisitará a instalação/habilitação de linha telefônica de acordo com sua efetiva necessidade, sendo-lhe facultada a alteração de quantitativos destinados a determinada localidade, bem como o remanejamento de linhas entre as localidades contempladas em um mesmo grupo. Por se tratar de serviço estimado, o TRE-RO não está obrigado a contratar o quantitativo previsto em sua totalidade, mas somente o que efetivamente for conveniente e adequado para a administração.

7.6. Por ocasião da assinatura do contrato decorrente desta contratação, o TRE/RO entregará à operadora contratada listagem com as localidades a serem inicialmente atendidas, com o respectivo quantitativo de linhas a serem instaladas/habilitadas.

7.7. Nesta contratação foram previstos nos itens dos serviços relacionados neste Lote Único, os quantitativos relacionados a linhas para atendimento às Eleições, denominadas de linhas especiais.

7.8. As linhas especiais destinam-se ao atendimento de necessidades temporárias do TRE/RO, decorrentes das atividades atinentes às Eleições e ao recadastramento biométrico.

7.9. As linhas especiais serão habilitadas/instaladas de acordo com a efetiva necessidade do TRE/RO, e poderão ser destinadas a qualquer local (por ex.: imóvel da Justiça Eleitoral, local de cadastramento,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

local de totalização de eleições, etc.) situado no(s) município(s) abrangido(s) pelo lote.

7.10. Havendo necessidade de linha especial, o TRE/RO requisitará à operadora a habilitação/instalação da linha e informará o local de instalação.

7.11. Para fins desta contratação foi estimado o prazo médio de dois meses de uso para cada linha especial, podendo ocorrer de determinadas linhas serem habilitadas por período superior ao médio e outras por período inferior.

7.12. Cessada a necessidade da linha especial, o TRE/RO requisitará à operadora a desabilitação/desinstalação da linha.

7.13. Os quantitativos de serviços indicados nas tabelas da cláusula 7.1 são estimativos, tendo sido previstos de acordo com o exposto na cláusula 9 deste Termo de Referência, e não vinculam o TRE/RO à sua efetiva utilização.

7.14. Em razão da portabilidade, não havendo impedimento técnico para tal, a operadora deverá, mediante solicitação do TRE/RO, manter a numeração das linhas não residenciais já em uso, incluindo o número da ouvidoria 08001480148.

7.15. No caso em que haja alteração do número de telefone, a operadora deverá providenciar a veiculação de mensagem indicativa do novo número, pelo prazo, de no mínimo, 30 (trinta) dias.

7.16. Quanto aos casos de interligação da rede interna das unidades da Justiça Eleitoral com a rede da operadora de telefonia fixa através de acesso direto (linha não residencial) observar-se-ão, sem prejuízo das demais condições fixadas neste Termo de Referência, as condições indicadas nesta cláusula:

7.16.1. A empresa contratada ficará responsável pela instalação até o quadro central ou rack de telefonia, nos imóveis em que houver, ou até o ponto em que será instalado o aparelho telefônico, onde não houver quadro central ou rack. As linhas especiais, deverão ser instaladas até o ponto em que será instalado o aparelho telefônico.

7.16.2. Nos imóveis em que a instalação for feita até o quadro central ou rack de telefonia, ficará a cargo do TRE/RO a conexão entre o quadro/rack e o local



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em que efetivamente será instalado o aparelho telefônico.

7.16.3. O prazo de instalação das linhas telefônicas não residencial, não poderá ser superior a 7 (sete) dias consecutivos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, encaminhada pelo gestor/fiscal do contrato, por meio de correio eletrônico (e-mail).

7.17. A operadora deverá prever em sua proposta os custos de instalação/habilitação das linhas telefônicas (linhas não residenciais), inclusive decorrentes de eventuais adaptações para compatibilização com a rede interna existente nas unidades da Justiça Eleitoral, observado o disposto na cláusula anterior.

7.17.1. Informações gerais sobre os serviços de tráfego de voz, a serem prestados, poderão ser obtidas com a Seção de Infraestrutura e Comunicação (SEINC), através do fone (69) 3211-2180, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente do TRE/RO.

7.17.2. A operadora deverá entregar as linhas telefônicas não residencial ao TRE/RO, em perfeita condição de funcionamento e prontas para uso.

8. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS DE SERVIÇOS

8.1. A estimativa de quantitativos de serviços foi efetuada tendo como base, conforme o caso e dentre outras fontes, as contratações realizadas anteriormente pelo TRE/RO, a expectativa de incremento de demanda e a utilização dos serviços em exercícios anteriores.

8.2. A estimativa de quantitativos de serviços de todos o lote único tem caráter meramente estimativo, não obrigando de forma alguma, a sua contratação integral pelo TRE/RO.

8.3. O TRE/RO fará uso dos serviços de acordo com a sua efetiva necessidade, pagando à Contratada apenas os valores referentes aos serviços efetivamente requisitados/utilizados.

8.4. Em caso de alteração de quantitativos após iniciados os serviços que acarrete sua não utilização, será informado à contratada para a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sua retirada e supressão dos valores dos serviços no percentual não utilizado.

9. DA FORMAÇÃO DE PREÇOS

9.1. Para fins de formação dos preços a serem ofertados na presente contratação, a Contratada deverá observar o que segue:

a) os serviços terão como preços de referência os constantes do plano básico de serviços vigente, aprovado pela Anatel;

b) para os serviços relativos a tráfego de voz deverão ser considerados os valores relativos ao horário normal;

c) deverão ser informados os valores dos serviços sem e com tributos, tendo como referência o plano básico de serviços;

d) sobre os valores dos serviços (com tributos) poderão ser ofertados descontos pela empresa, resultando em valores dos serviços com desconto, que corresponderão aos valores unitários a serem pagos pelo TRE/RO;

e) os valores unitários com desconto serão multiplicados pelas respectivas quantidades de cada item, resultando em valores totais por item;

f) os valores totais por item correspondentes, serão somados, resultando no valor global do lote.

g) nos valores unitários relacionados a tráfego de voz, nas modalidades local e longa distância, admitir-se-á o uso de até 4 (quatro) casas decimais (ex.: 0,xxxx);

h) nos valores totais e globais anuais dos itens/grupo serão admitidas apenas 2 (duas) casas decimais, devendo o arredondamento, se necessário, ser sempre realizado para a unidade centesimal imediatamente inferior.

9.2. No que concerne à incidência da cobrança de valores, serão considerados, para fins da formação de preços e julgamento da proposta, o que segue:

a) serviços de cobrança única: aqueles cujo pagamento é feito apenas uma vez por ocorrência/evento, como, por exemplo, a taxa de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

habilitação/instalação, que é paga, uma única vez, por ocasião da colocação em funcionamento da linha telefônica;

b) serviços de cobrança mensal: aqueles cujo pagamento é feito mensalmente, durante a vigência do contrato, em função da disponibilização de determinado serviço, como, por exemplo, a assinatura mensal relativa à linha telefônica em uso;

c) serviços de cobrança por demanda: aqueles cujo pagamento é feito de acordo com o efetivo uso, como, por exemplo, tráfego de voz (medido em minutos falados e faturado mensalmente).

9.3. Para fins da formação de preços desta contratação são fixadas as seguintes regras de tarifação das chamadas e de cobrança de serviços:

a) a unidade de tarifação deverá estar expressa em minutos;

b) a tarifação mínima será de ½ minuto (30 segundos), e, após, haverá a tarifação a cada 6 (seis) segundos;

c) não haverá cobrança de taxa de conexão por ter sido completada a chamada, sendo cabível apenas a tarifação da duração da chamada;

d. quanto ao tráfego local fixo-fixo e fixo-móvel: o percentual de desconto ofertado na proposta da operadora incidirá linearmente sobre as tarifas aplicáveis às diferentes faixas de horário (normal, diferenciado, reduzido e super reduzido);

e) no tráfego de longa distância fixo-fixo: o percentual de desconto ofertado na proposta da operadora incidirá linearmente sobre:

e1) as tarifas aplicáveis aos degraus 1 e 2; e,

e2) as tarifas aplicáveis às diferentes faixas de horário (normal, diferenciado, reduzido e super reduzido);

f) quanto ao tráfego de longa-distância fixo-móvel: o percentual de desconto ofertado na proposta da operadora incidirá linearmente sobre as tarifas aplicáveis às diferentes faixas de horário (normal e reduzido);

g) os serviços que tenham cobrança de valor fixo mensal (assinaturas) terão faturamento proporcional ao número de dias de efetiva prestação, nos casos em que forem prestados por período equivalente a fração de mês.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.4. A formação dos preços dos itens/grupo deverá ser demonstrada pela operadora, devendo para tanto ser utilizado o modelo fornecido pelo TRE/RO, correspondente ao grupo de interesse da operadora.

9.5. Para fins de verificação dos preços, a operadora deverá apresentar o plano básico de serviços vigente, aprovado pela Anatel, do qual constem os valores que serviram de referência para a elaboração da proposta para a presente contratação.

9.6. Com base no valor ofertado para cada item desta contratação e no valor correspondente no plano básico de serviços, será obtido o percentual de desconto a ser aplicado durante a vigência contratual, aplicando-se a seguinte fórmula: $D = (1 - VPL/VPS) \times 100$, onde D = percentual de desconto; VPL = valor do item proposto pela licitante; e VPS = valor do item constante do Plano Básico de Serviços.

9.7. Os demais serviços correlatos ao objeto desta contratação, e não individualizados neste Termo de Referência, tais como: chamadas longa distância internacionais, alteração de endereço de acesso, entre outros, poderão ser requisitados durante a vigência contratual, de acordo com a necessidade do TRE/RO.

9.7.1. A não descrição individualizada desses serviços neste Termo de Referência se deve à ausência de expressividade dos mesmos em face da contratação, haja vista a sua pouca ou nenhuma utilização.

9.7.2. Caso haja a utilização de algum desses serviços, o TRE/RO pagará à empresa contratada o valor registrado no plano básico de serviços usado como referência desta contratação.

9.8. Na formação de seus preços a Contratada deverá considerar todos os custos decorrentes da prestação dos serviços, obedecidas as condições deste Termo de Referência, da minuta do Termo Contratual, bem como, aquelas que regem a concessão/autorização dos serviços de telefonia fixa.

9.9. A Contratada deverá tornar disponível ao TRE/RO, sem custos adicionais, o detalhamento de todas as contas telefônicas, de modo a viabilizar a fiscalização da prestação dos serviços.

9.10. A Contratada deverá repassar ao TRE/RO os eventuais descontos promocionais, porventura oferecidos ao mercado, para clientes de perfil e porte similares ao do TRE/RO, independente de solicitação deste,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sempre que aqueles forem mais vantajosos que os descontos decorrentes desta contratação.

10. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.1. O preço unitário máximo a ser admitido para o item desta contratação está indicado em planilha que acompanha este Termo de Referência.

10.2. O valor total estimado para a presente contratação, para vigência de 30 meses, é de R\$ 193.876,80 (cento e noventa e três mil oitocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), composto conforme indicado no quadro abaixo.

Descrição dos serviços	Valor (R\$)
Serviços discriminados no lote único	183.876,80
Serviços adicionais - preço fixo - (Discriminados no lote único - vide cláusula 9.7 deste TR) que compõe a proposta da empresa.	10.000,00
T O T A L	193.876,80

10.2.1. O valor total dos serviços adicionais, isto é, aqueles não individualizados no lote único e aos quais se aplicará o disposto na cláusula 9.7, foi calculado estimando-se um valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cobrir as despesas decorrentes desses serviços.

11. DA NOTA FISCAL/FATURA

11.1. O faturamento dos serviços contratados deverá, caso seja tecnicamente possível, ter sua periodicidade coincidente com os meses civis.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.2. A Contratada deverá emitir a respectiva Nota Fiscal de Serviço, e encaminhá-la ao TRE/RO, de modo que seja recebida por este com antecedência mínima de quinze (15) dias da data do vencimento.

11.3. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a indicação resumida dos serviços a que se refira, executados no respectivo período de competência, sendo vedada a inclusão de serviços que não tenham sido expressamente contratados/requisitados pelo TRE/RO.

11.4. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

11.5. De forma complementar, deverá ser fornecido, via sítio na internet, arquivo no formato de planilha eletrônica (.xls), ou outro formato estabelecido em comum acordo entre as partes, relativo a cada Nota Fiscal de Serviço.

11.5.1. No arquivo deverão estar discriminados, obrigatoriamente, no mínimo, de forma detalhada, as seguintes informações:

- a) tipos de ligações tarifadas;
- b) códigos de acesso e localidades dos terminais de origem;
- c) códigos de acesso e localidades dos terminais de destino;
- d) código do serviço;
- e) descrição do serviço;
- f) data, horário e duração das ligações;
- g) valores e descontos oferecidos;
- h) mês/ano de referência.
- i) número da fatura

12. DO PAGAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.1. O pagamento será efetuado até a data de vencimento expressa na Nota Fiscal/Fatura (desde que apresentada ao TRE/RO no prazo fixado na cláusula 11.2 deste Termo de Referência).

12.2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal/Fatura só se efetivará após o atesto dos serviços e mediante a comprovação da regularidade da contratada perante a Seguridade Social (CND-INSS/CRF-FGTS).

12.3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja Optante pelo Simples, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

12.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/RO, entre a data de vencimento e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

12.5. O pagamento mensal ficará vinculado ao cumprimento dos níveis de serviços definidos no Anexo IV, que acompanha este Termo de Referência. O valor do pagamento mensal dos serviços (1) será calculado como sendo o valor da fatura mensal, menos a soma de glosas e multas computadas e aplicáveis no período correspondente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$(1) \quad \text{VPM} = \text{VFM} * (1 - \text{TGM})$$

Onde:

VPM = Valor a ser Pago no Mês

VFM = Valor do Faturamento Mensal

TGM = Total de Glosas no Mês

O Total de Glosas e Multas do período será calculado pelo apurado no mês correspondente, seguido pelas definições da Tabela 1 - Indicadores e Metodologias do Acordo de Níveis de Serviços (Anexo II), dividido pelo quociente 720 (24h x 30 dias). As pontuações devidas são motivadas pelo descumprimento do acordo de níveis de serviços pela Contratada.

Σ Pontos Recebidos

$$(2) \quad \text{TGM} = \frac{\text{—————}}{720}$$

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As sanções administrativas relativas ao objeto desta contratação serão disciplinadas no Termo de Contrato.

13.2. A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a Rescisão Unilateral do Contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/RO

14.1. Sem prejuízo do que vier a ser disposto na minuta do Termo de Contrato, são direitos e deveres do TRE/RO:

14.1.1. Requisitar a prestação dos serviços objeto desta contratação, na forma prevista neste Termo de Referência e nas demais normas aplicáveis.

14.1.2. Exigir da Contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

14.1.3. Verificar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação estabelecidas na licitação;

14.1.4. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços por meio de sua unidade responsável, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços prestados.

14.1.5. Contestar débitos não reconhecidos.

14.1.6. Aplicar penalidades à Contratada por descumprimento contratual.

14.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Sem prejuízo do que vier a ser disposto na minuta do Termo de Contrato, são obrigações gerais a serem observadas pela Contratada:

15.1.1. Prestar ao TRE/RO os serviços objeto desta contratação, conforme estabelecido neste Termo de Referência, Termo do Contrato e nos demais anexos, obedecendo à regulamentação aplicável descrita neste documento, em especial à regulamentação da Anatel referente à qualidade dos serviços.

15.1.2. Dispor de um consultor ou gerente de contas para acompanhar o Contrato e indicar o(s) funcionário(s) que estarão designados para atender as solicitações da FISCALIZAÇÃO relativas a esta contratação. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição do referido consultor ou gerente de contas da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.1.3. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações, comunicações de dados ou mensagens de fax, realizadas por meio do serviço desta contratação.

15.1.4. Prestar o serviço 24 horas por dia, sete dias por semana, durante todo o período de vigência do Contrato.

15.1.5. Fornecer Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), 24 horas por dia, sete dias por semana, durante toda a vigência do Contrato, por meio de chamada telefônica, sem nenhum ônus ao TRE/RO, a fim de que seja possível registrar reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos.

15.1.6. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A Fiscalização não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização, devidamente aprovada pela Anatel.

15.1.7. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável ao objeto da contratação, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados ao TRE/RO.

15.1.8. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação de certames licitatórios.

15.1.9. Manter sistema alternativo para a prestação dos serviços, para fins de contingência, em caso de pane/defeito no sistema principal, de modo a possibilitar a continuidade da prestação dos serviços objeto desta contratação.

15.1.9.1. Caberá à Contratada a seleção do meio alternativo para eventual contingência

15.1.9.2. O sistema alternativo deverá ser ativado pela contratada, em até 24 (vinte e quatro) horas após a inatividade do sistema principal.

15.1.10. Aceitar, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.1.11. Aceitar, nos termos da cláusula 8.4, as supressões de serviços não efetivamente utilizados pelo TRE/RO.

15.2. Sem prejuízo do disposto na cláusula 15.1, são obrigações a serem observadas pela empresa contratada para prestação dos serviços indicados no lote único:

15.2.1. Disponibilizar os serviços contratados no prazo máximo fixado neste Termo de Referência, para cada caso, contado do recebimento pela contratada da Ordem de Serviço encaminhada mediante o Sistema Eletrônico de Informação – SEI ou correio eletrônico (e-mail).

15.2.2. Responsabilizar-se pelos materiais e serviços necessários à conexão dos acessos às instalações do TRE/RO, sem ônus para este.

15.2.3. Bloquear, sem ônus para o TRE/RO e caso seja tecnicamente possível, as ligações destinadas aos serviços 0300, 0500, 0900, 102 e o recebimento de ligações a cobrar.

15.2.4. Tornar disponível, quando tecnicamente possível, o bloqueio de código de seleção de prestadora de serviço de longa distância não autorizada pela Fiscalização.

15.2.5. Prestar suporte técnico em período integral 24 horas por dia, sete dias por semana, com atendimento imediato em caso de falha, inclusive dos equipamentos de conexão fornecidos pela Contratada e instalados em qualquer das dependências físicas do TRE/RO.

15.3. Sem prejuízo do disposto na cláusula 15.1, a Contratada deverá tornar disponível o serviço de longa distância quando solicitado por intermédio dos acessos pertencentes a qualquer operadora de STFC – modalidade local – contratada pelo TRE/RO.

16. DOS PRAZOS CONTRATUAIS

16.1. O período de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 60 meses, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

16.2. Os prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:

a) O prazo de instalação de acesso direto (linha analógica) não poderá ser superior a 15 (quinze) dias consecutivos, contados da Ordem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Serviço da fiscalização, encaminhada mediante correspondência eletrônica (e-mail);

c) Reparar em, no máximo 1 (um) dia útil, contado do chamado de atendimento técnico, qualquer defeito em seus equipamentos e em sua rede de telefonia que tenha paralisado a continuidade dos serviços contratados, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.

16.2.1. A Contratada deverá confirmar expressamente o recebimento da correspondência eletrônica, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

16.3. A Contratada quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

17. DO REAJUSTE DE PREÇOS

17.1. Os preços dos serviços contratados serão corrigidos anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IST (Índice de Serviços de Telecomunicações).

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18. DA HABILITAÇÃO GERAL

18.1. Para habilitação da contratação nos termos do Art. 24, V, da Lei n. 8.666/93 que teve a proposta aceita na fase de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

negociação/aceitação de proposta exigir-se-á, sem prejuízo de outras exigências decorrentes da legislação geral, documentação relativa a:

- a) Habilitação jurídica;
- b) Qualificação técnica;
- c) Qualificação econômico-financeira com certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Coordenadoria de Suporte e a Fiscalização do Contrato ficará a cargo do Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação.

20. DA GARANTIA

20.1. Para assegurar a plena execução do presente ajuste, a Contratada deverá oferecer, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do instrumento de contrato, GARANTIA, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor dos serviços objeto do contrato, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

21. DOS ANEXOS

São anexos do presente Termo de Referência, os seguintes itens:

- a) Anexo I - Distribuição de linhas por município-sede e municípios-termo;
- b) Anexo II - Acordo de Níveis de Serviços (ANS)

Em 25 de setembro de 2019.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **RUZEVAN SARAIVA DA SILVA, Coordenador(a)**, em 27/09/2019, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FILIPPE TEIXEIRA, Chefe de Seção**, em 27/09/2019, às 12:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 30/09/2019, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0459549** e o código CRC **9EE885CA**.

0002398-28.2018.6.22.8000

0459549v13

Criado por 005252902330, versão 13 por 005252902330 em 26/09/2019 12:05:36.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002398-28.2018.6.22.8000

INTERESSADO: STI

ASSUNTO: Termo de Referência – Contratação direta de empresa especializada para prestação de **Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC)** - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 0469642 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I - DO RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança e Controle - SEGOV com o objetivo de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de **Serviço de Telefonia Fixa Comutada** (STFC) analógica e digital, nas modalidades local e longa distância, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO ([0330252](#)).

02. Inicialmente, o referido serviço foi licitado por meio do Pregão Eletrônico nº 12/2019, no qual o Lote 2 – Linhas telefônicas não residencial, restou fracassado, conforme se verifica na ata do certame ([0446228](#)).

03. Diante disso, a diretora geral determinou a manifestação da SEGOV sobre a possibilidade de contratar o lote citado com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 ou a realização do cadastramento no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

04. Na Informação nº 5647 – PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC ([0451200](#)), o chefe da SEGOVITC (antiga SEGOV) absteve-se de opinar e decidir isoladamente quanto ao despacho citado, uma vez que o PE nº 12/2019 constitui escopo de trabalho da equipe de planejamento da contratação.

05. Em seguida a equipe de planejamento, por meio de seus integrantes técnico e demandante, manifestou-se pela contratação direta da empresa Oi. S.A. para a prestação do serviço descrito (lote 2), com fundamento no art. 24, V, da Lei Nº 8.66/93, tendo em vista que ela é a única atuar no ramo de telefonia fixa com linhas convencionais não residenciais no Estado de Rondônia e por preencher todos os requisitos habilitatórios, conforme Manifestação nº 1675 / 2019 - PRES/DG/STIC/COSEIC ([0459405](#)).

06. Ainda, informaram sobre a elaboração do Termo de Referência nº 109 ([0459490](#)) e seus respectivos anexos ([0459631](#) e [0459634](#)), afirmando que este documento segue com as mesmas condições exigidas no certame, exceto em relação ao valor (superior ao estimado na licitação anteriormente fracassada).

07. Em obediência ao **DESPACHO Nº 4778 / 2019 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC** ([0460465](#)) a COMAP por sua vez analisou o instrumento técnico, concluindo pela sua regularidade, haja vista que se encontra em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05. Por fim,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

manifestou-se pela adjudicação do objeto empresa OI S/A – CNPJ 76.535.764/0001-43, tendo em vista sua regularidade em contratar com o Administração Pública, consoante a Análise de Termo de Referência/Projeto Básico nº 114/2019 ([0460637](#)).

08. Em seguida, referida coordenadoria fez remessa à COFC para ciência desta despesa que somente será contratada a partir de 03/01/2020, conforme consta no PLOA Serviço de Telefonia da STI; à SECONT para adequação da minuta do contrato, uma vez que os demais lotes forma contratados; à AJDG para análise e emissão de parecer jurídico; por fim, retornem os autos ao gabinete da SAOFC para continuidade do procedimento.

09. Após juntada da minuta do ajuste ([0463396](#)), o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica ([0463398](#)).

II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

10. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

11. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

12. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

3.1 - DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

14. A Administração Pública tem o dever de instaurar procedimento licitatório antes de contratar com terceiros. Esta imposição advém do art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal que a prescreve expressamente, com ressalva a alguns casos especificados na legislação infraconstitucional.

15. Desta forma, a Lei nº 8.666/93, em seu art. 2º, dispõe que as obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as algumas hipóteses, quais sejam: licitação dispensada, dispensável e inexigível.

16. Entre as hipóteses taxativas da segunda categoria enumerada está aquela oriunda de uma licitação fracassada ou deserta. Segundo o art. 24, inc. V, da Lei nº 8.666/93, a licitação poderá ser dispensada, mantendo todas as condições preestabelecidas, quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, motivadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.

17. Ancorando-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes entende-se que o aludido dispositivo abrange tanto a hipótese de certame licitatório anterior deserto ou fracassado quanto a situação de licitação com itens desertos ou fracassados, *in verbis*:

não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar” ou, ainda, aquele que “formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93.

18. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação da hipótese de contratação direta ora comentada exige o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atendimento de 05 (cinco) requisitos pela Administração, se persistir o seu interesse na aquisição ou no serviço:

- **ocorrência de licitação anterior;**
- **ausência de interessados;**
- **risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;**
- **evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta; e**
- **manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.**

19. No procedimento licitatório registrado na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - PE nº 00012/2019 ([0446228](#)), observa-se que o lote 2 (linhas telefônicas não residenciais) restou fracassado. Contudo, instado a se manifestar, a equipe de planejamento verificou a inviabilidade de repetição do certame, pois apenas a Oi S.A. opera com este serviço no estado de Rondônia. Ainda, informou que a proposta apresentada por esta empresa com intuito de uma contratação direta manteve o mesmo valor global daquela ofertada no PE nº 00012/2019, ou seja, cerca de 21,5 % superior ao preço estimado. Assim, constata-se que, no caso em comento, não está resguardada as condições estabelecidas no pregão eletrônico original, especificamente o critério de aceitabilidade da proposta.

20. Diante disso, é inviável a adoção do entendimento do ilustre professor Jacoby, pois os requisitos supramencionados **não foram preenchidos**, e a contratação pretendida **não poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93**.

3.2 - DA INEXIGIBILIDADE

21. Outra hipótese de contratar diretamente, sem ferir a regra de guarida constitucional, é por meio da inexigibilidade de licitação, prevista no art. 25 da Lei nº 8.666/93 e caracterizada pela **inviabilidade de competição**. Neste caso, o dever de licitar é absolutamente afastado, pois a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação é materialmente impossível de ser instaurada devido a existência de único particular detentor do bem ou serviço, a impossibilidade de julgamento objetivo, diante da singularidade do serviço e das características apresentadas pelo particular apto a desempenhá-la.¹

22. Sobre este tema, o Manual de Licitações & Contratos, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na **inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição** ou desnecessária.

A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229) (sem grifo no original)

23. Ademais, a corroborar o posicionamento expedido no tópico acima, impende fazer a colação do Acórdão TCU nº 125/2005 – Plenário, *ipsi litteris*:

Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação **quando houver viabilidade de competição**, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

24. Para a aplicação da inexigibilidade no caso concreto é necessário observar: a) o enquadramento em uma das hipóteses descritas de forma exemplificativa nos incisos do art. 25 ou b) caso isso não ocorra, a comprovação de inviabilidade da competição, quando poderá ser fundamentada no próprio *caput* do referido dispositivo legal.

25. De modo bastante didático, Marçal JUSTEN FILHO faz o seguinte apontamento sobre as hipóteses de licitação inexigível:

As diferenças entre inexigibilidade e dispensa de licitação são evidentes. Não se trata de questão irrelevante ou meramente retórica, mas de alternativas distintas em sua própria natureza, com regime jurídico diverso.

A inexigibilidade é um conceito logicamente anterior ao da dispensa. Naquela, a licitação não é instaurada por inviabilidade de competição. Vale dizer, instaurar a licitação em caso de dispensa significaria deixar de obter uma proposta ou obter proposta inadequada. Na dispensa, a competição é viável e, teoricamente, a licitação poderia ser promovida. Não é porque, diante das circunstâncias, a Lei reputa que a licitação poderia conduzir à seleção que não seria a melhor, tendo em vista circunstâncias peculiares.

Em suma, a inexigibilidade é uma imposição da realidade extranormativa, enquanto a dispensa é uma criação legislativa. Com decorrência direta, o elenco de causas de inexigibilidade contido na Lei tem cunho meramente exemplificativo. Já os casos de dispensa são exaustivos, o que não significa afirmar que todos se encontram na Lei nº 8.666. Outras leis existem, prevendo casos de dispensa de licitação.²



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

26. No caso em comento, após o fracasso do certame realizado para a contratação do lote 2, descrito como serviço de telefonia Fixa Comutada (STFC) com linhas convencionais não residenciais (analógicas), a equipe de planejamento entrou em contato com as demais fornecedoras deste serviço no Estado de Rondônia, que não participaram do PE 12/2019, e obtiveram a resposta de que elas não atendem nessa modalidade, como se verifica no e-mail juntados ([0459539](#) e [0459541](#)) e na Manifestação nº 1675/2019 – PRES/DG/STIC/COSEIC ([0459405](#)).

27. Ainda, a equipe de planejamento afirma, no documento citado ([0459405](#)), que a empresa Oi S.A. é a única que detém condições técnicas de oferecer os serviços previstos nesta contratação, sendo a única empresa no ramo de telefonia fixa com linhas convencionais não residenciais neste estado.

28. Assim, tendo em vista que **apenas** uma empresa apresenta-se disponível para o atendimento da demanda administrativa ora analisada, resta configurada a **possibilidade contratação direta mediante a inexigibilidade de licitação**, com fulcro no **caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93**.

3.3 - DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.

29. O artigo 26 da Lei de Licitação e Contratos exige requisitos para efetivação da contratação direta por inexigibilidade de licitação, quais sejam:

a) justificativa da escolha do fornecedor (parágrafo único, inciso II, art. 26); e

b) justificativa do preço da contratação direta (parágrafo único, inciso III, art. 26)

30. A demonstração contida nos autos de que a empresa Oi S.A. é a única empresa habilitada a fornecer o STFC não residencial, já



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

debatida neste opinativo, preenche o primeiro requisito para a contratação direta.

31. A exigência de justificativa do preço da contratação está atendida na Manifestação nº 1675/201 – PRES/DG/STIC/COSEG ([0459405](#)), na qual a equipe de planejamento explica a sistemática utilizada nas definições preços, bem como o reflexo do Ato nº 4.298/2019 ([0445359](#)) nos valores da atual proposta apresentada pela futura proponente em relação aos valores estimados inicialmente.

3.4 - DO TERMO DE REFERÊNCIA

32. Na hipótese concreta, o projeto básico delimita o objeto da contratação, dispondo, no mínimo, sobre justificativa de sua necessidade, seu objetivo e o local em que deverá ser fornecido o serviço, bem como há informação da disponibilidade orçamentária e financeira do órgão contratante.

33. Assim, levando em consideração Análise de Termo de Referência/ Projeto Básica nº 114/2019 ([0460637](#)), verifica-se instrumento técnico juntado aos autos ([0459549](#)), complementado por seus anexos, contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, no que for aplicável. Todavia, a fundamentação legal da contratação direta mencionada no item 2 do TR (art. 24, V, da lei nº 8.666/93) deverá ser alterada para o art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, bem como deverá ser retirada do subitem 18.1 do TR o seguinte trecho: "nos termos do Art. 24, V, da Lei n. 8.666/93 que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta".

3.5 DA MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

34. A minuta do contrato acostada aos autos ([0463396](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

35. Destaca-se que é justificável a manutenção do dimensionamento de 30 (trinta) meses para a vigência inicial do contrato, em razão da possível ampliação da disputa e redução de preços, posto tratar-se de serviços contínuos, sendo o que o TCU tem admitido em casos dessa natureza, por até 60 (sessenta) meses direto, nesses termos:

Decisão TCU 25/2000 – Plenário (...)

9.4 Essa nova redação não exclui a possibilidade de se celebrar o contrato de prestação de serviços de natureza contínua por prazo superior à vigência dos créditos orçamentários, não havendo empecilho para que a duração seja fixada, desde logo, em 60 meses. Esse entendimento, adotado pela Administração, encontra amparo nas lições de MARÇAL JUSTEN FILHO, na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 1998, apresentadas pela própria representante (fl. 15), in verbis:

"A contratação pode fazer-se por período total de sessenta meses. Não se afigura obrigatória a pactuação por períodos inferiores. Trata-se de faculdade outorgada pela administração, que poderá optar por períodos inferiores, com renovações sucessivas (até atingir o limite de sessenta meses). (...)

36. Verificou-se erros materiais em seu texto, os quais merecem ser reparados:

- A citação do art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93 feita no cabeçalho e na cláusula décima oitava deve ser alterado para art. 25, caput, caso a despesa seja autorizado nos moldes sugeridos por esta unidade;
- Retirar o inciso V, subcláusula 2º da cláusula décima quinta, pois não se trata de pregão eletrônico e sim de contratação direta.

IV – DA CONCLUSÃO

37. Isto posto, pelos elementos que constam nos autos, esta Assessoria Jurídica opina pela:

a) impossibilidade de contratação direta, por dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, inciso V da Lei 8.666/93, haja vista que os pressupostos necessários não estão integralmente preenchidos;

b) possibilidade de enquadramento da despesa pretendida no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, realizando-se a contratação **diretamente**, com a empresa **Oi S. A.**, CNPJ nº. 76.535.764/0001-43, no **valor total de R\$ 193.876,80**, haja vista a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inviabilidade de competição e as condições mínimas da referida proponente para contratar com o setor público demonstradas nos autos.

38. Por sua vez, o **TR nº 109 (0459549)** contém os elementos mínimos previstos no inciso **IX do artigo 6º da Lei 8.666/93**, razão pela qual **pode ser levado à aprovação da autoridade competente**, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal. Contudo, deve ser observada o apontamentos no **tópico 33** deste parecer.

39. Com relação a minuta do contrato (**0463396**), com a observação dos ajustes mencionados no **tópico 36** deste opinativo, esta Assessoria Jurídica, para cumprimento do parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93, **APROVA** os seus termos, uma vez que, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras do art. 55, da Lei nº 8.666/93, e assim estará apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

40. Orienta-se que requisitos mínimos para contratar com o setor público da empresa seja novamente aferida e comprovada no ato da efetivação da contratação.

41. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto da contratação.

À consideração da autoridade competente.

1 GUIMARÃES, Edgar. **Contratação Direta. Comentários às hipóteses de licitação dispensável e inexigível**. Curitiba: Negócios Públicos, 2008. p. 55.

2 JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 483.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 23/10/2019, às 12:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 23/10/2019, às 12:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0469642** e o código CRC **2E4ACCB2**.

0002398-28.2018.6.22.8000

0469642v31

Criado por 014827562356, versão 31 por 014827562356 em 23/10/2019 12:25:37.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002398-28.2018.6.22.8000

INTERESSADO: STI

ASSUNTO: Contratação da empresa OI S/A para prestação de serviço de telefonia fixa comutada (STFC).

DESPACHO Nº 5496 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Governança e Controle - SEGOV busca a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de **Serviço de Telefonia Fixa Comutada** (STFC) analógica e digital, nas modalidades local e longa distância, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO ([0330252](#)).

No curso de processo, deflagrou-se o Pregão Eletrônico TRE-RO nº 12/2019 ([0446227](#)) com a participação apenas da Empresa OI S.A, a qual ofertou lance para todos itens, sendo aceitos pelo Pregoeiro, **à exceção do Lote 2**, na qual foi ofertado o valor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de R\$ 193.159,90, cerca de 21,5% acima do estimado que era de R\$ 158.975,80.

A Empresa licitante não aceitou reduzir ao valor estimado alegando ajuste de preços autorizado por ato da Anatel ([0445359](#)), tendo a Proposta de R\$ 193.159,90 recusada pelo Pregoeiro e desta feita o Lote 2 restou fracassado.

Dessa forma, o Pregão Eletrônico TRE-RO nº 12/2019 foi homologado pela Diretoria Geral ([0448273](#)), quanto aos itens 1, 3 e 4, resultando na celebração do Contrato n. 04/2019 TRE-RO ([0450354](#)).

A equipe de contratação **opinou pela contratação direta do item 02**, fracassado no certame acima aludido, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, elaborando o **Termo de Referência 109** ([0459549](#)) e respectivos Anexo I ([0459631](#)) e Anexo II ([0459634](#)), juntado aos autos ([0459405](#)).

A Coordenadoria de Material e Patrimônio manifestou-se pela aprovação do Termo de Referência 109 ([0459549](#)) e pela adjudicação do objeto à empresa OI S/A – CNPJ 76.535.764/0001-43 ([0460637](#)).

A AJDG, após análise, concluiu pelo enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93, uma vez que demonstrada a impossibilidade de competição, registrando, ainda, que o TR n. 109 ([0459549](#)), pode ser levado à aprovação, observando-se os apontamentos do tópico 33, bem como aprovou os termos da minuta do Contrato juntada no evento [0395128](#), apontado, tão somente, a necessidade de correção de erros materiais registrados no tópico 36 do referido parecer ([0397210](#)).

A SAOFC reconheceu a inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação do Termo de Referência; autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93 e pela publicação da ratificação apenas no DJE ([0470878](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Conforme relatado, no procedimento licitatório registrado na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - PE nº 00012/2019 ([0446228](#)), observou-se que o lote 2 (linhas telefônicas não residenciais) restou fracassado.

Instado a se manifestar, a equipe de planejamento verificou a inviabilidade de repetição do certame, tendo em vista que somente a empresa Oi S.A. opera com este serviço no Estado de Rondônia, opinando



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela contratação direta do item 02, fracassado no certame acima aludido, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93.

Submetidos os autos à apreciação da ADJDG, apurou-se que há a possibilidade de contratação direta, contudo, não com fundamentos no dispositivo acima citado, mas sim no caput do art. 25 da Lei de Licitações ([0469642](#)).

De fato, a aplicação da hipótese de contratação direta com fundamento no art. 24 da Lei 8.666/93 (dispensa) exige o atendimento de alguns requisitos pela Administração.

Analisando minuciosamente os presentes autos, verifica-se que nem todos os requisitos para aplicação do art. 24 da Lei de Licitações foram preenchidos, mais precisamente não se manteve resguardada as condições estabelecidas no pregão original no que diz respeito ao critério aceitabilidade da proposta, tendo em vista a aceitação do valor ofertado de R\$ 193.159,90, cerca de 21,5% acima do inicialmente estimado que era de R\$ 158.975,80.

Diante disso, resta claro que os requisitos supramencionados **não foram preenchidos**, e a contratação pretendida **não poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93**.

Contudo há informação de que a empresa Oi S.A. é a única que detém condições técnicas de oferecer os serviços previstos nesta contratação, sendo a única empresa no ramo de telefonia fixa com linhas convencionais não residenciais neste Estado de Rondônia, o que abre a possibilidade de contratação direta mediante inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do art. 25 da Lei n. 8.666/93.

Para tanto, há de ser observado, também, alguns requisitos, entre eles o enquadramento em uma das hipóteses descritas de forma exemplificativa nos incisos do art. 25 ou caso isso não ocorra, a comprovação de inviabilidade da competição, quando poderá ser fundamentada no próprio *caput* do referido dispositivo legal e, ainda, a justificativa da escolha do fornecedor (parágrafo único, inciso II, art. 26) e do preço da contratação direta (parágrafo único, inciso III, art. 26).

No caso em comento, a equipe de planejamento entrou em contato com as demais fornecedoras do serviço no Estado de Rondônia, que não participaram do PE 12/2019, e obtiveram a resposta de que elas não atendem nessa modalidade, como se verifica no e-mail juntados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0459539](#) e [0459541](#)) e na Manifestação nº 1675/2019 – PRES/DG/STIC/COSEIC ([0459405](#)).

Há, também, informação, acerca da sistemática utilizada nas definições de preços bem como o reflexo do Ato nº 4.298/2019 ([0445359](#)) nos valores da atual proposta apresentada pela futura proponente em relação aos valores estimados inicialmente ([0459405](#)).

Dessa forma, considerando que há somente uma empresa para o atendimento da presente demanda a qual ofertou preço dentro dos limites previstos de cobrança dos valores tarifários máximos dos Planos Básicos do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (preço admitido no mercado), resta configurada a **possibilidade contratação direta mediante a inexigibilidade de licitação**, com fulcro no **caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93**.

Estabelecida a forma de contratação e, passando-se a análise do Termo de Referência ([0459549](#)), verifica-se que nele consta a descrição detalhada do objeto, justificativa, valor da contratação, o enquadramento dos serviços para fins de contratação, as obrigações das partes, a forma de pagamento, as penalidades, a gestão e fiscalização e anexos.

Contudo, faz-se necessário, tão somente, efetuar alterações no que concerne a fundamentação da dispensa de licitação, fundamentando a presente contratação no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, feito isso, não há outros reparos a serem feitos, o que leva a concluir que encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93.

Por fim, registra-se, nos termos dispostos no tópico 36 do parecer da ADJG, a necessidade de reparos a serem efetuado na minuta do instrumento contratual, também no que diz respeito a fundamentação da inexigibilidade prevista no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria PRE/TRE-RO 66/2018, esta Diretora-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade apontada pela AJDG e reconhecida pela SAOFC, constante do art. 25, *caput*, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

I - Aprova o Termo de Referência COSEIC n. 109 ([0459549](#)), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, devendo-se, tão somente operar as retificações nas fundamentações da contratação apontadas no tópico 33 do parecer jurídico da AJDG ([0469642](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93;

III - autoriza a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa OI S/A – CNPJ 76.535.764/0001-43, no valor de R\$ 193.876,80 (cento e noventa e três mil oitocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos); e

IV - Determina a publicação da ratificação da inexigibilidade no Diário de Justiça Eletrônico – DJE e no Diário Oficial da União - DOU, em respeito ao princípio da publicidade, considerando que o valor da contratação situa-se além dos patamares da dispensa legal, nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário.

À SAOFC para a continuidade dos atos, visando a contratação objeto destes autos.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição**, em 07/11/2019, às 15:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0472673** e o código CRC **7C598C1E**.

0002398-28.2018.6.22.8000

0472673v27

Criado por 011001942313, versão 27 por 006205542321 em 07/11/2019 15:53:34.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93 e termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário. Contrato n. 05/2019/TRE-RO, assinado em 18/11/2019. Contratada: OI S.A., CNPJ nº 76.535.764/0001-43. Objeto: Prestação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), para atendimento das necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Fundamento legal para contratação: Art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93. Valor Total estimado: R\$ 193.876,80. Vigência: 30 (trinta) meses, a contar de 03/01/2020, e poderá vir a ser prorrogada por até 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93. Justificativa: Em razão da necessidade de contratação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), nas modalidades local e longa distância. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico nº. 0469642/2019 - PRES/DG/AJDG, em 23/10/2019, por MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário, ratificada por SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessora Jurídica, CPF 348.160.891-87. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho nº. 5496/2019- PRES/DG/GABDG, de 07/11/2019, por AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretora-Geral em Substituição do TRE-RO, CPF n. 408.521.642-20. Processo: SEI nº. 0002398-28.2018.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 19/11/2019, às 11:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0478531** e o código CRC **DCBAEF51**.

0002398-28.2018.6.22.8000

0478531v6

Criado por 006007062364, versão 6 por 006007062364 em 19/11/2019 11:20:13.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato n. 05/2019/TRE-RO, assinado em 18/11/2019. Contratada: OI S.A, CNPJ n. 76.535.764/0001-43. Objeto: Prestação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), para atendimento das necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Fundamento Legal: Art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93. Vigência: 30 (trinta) meses, a contar de 03/01/2020, e poderá vir a ser prorrogada por até 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93. Valor Total estimado: R\$ 193.876,80. Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 5496/2019 - PRES/DG/GABDG, de 07/11/2019. Signatários: pelo Contratante, a Senhora AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretora Geral em Substituição do TRE-RO e, pela Contratada, os Senhores PAULO SÉRGIO ALVES DE MORAES e CARLOS ALBERTO DA COSTA BARBOSA. Processo SEI: 0002398-28.2018.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 19/11/2019, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0478536** e o código CRC **B48DDA5E**.

0002398-28.2018.6.22.8000

0478536v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 19/11/2019 09:08:42.